



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

BOLETIM
TABELAS PROCESSUAIS
UNIFICADAS

Edição 29/9/2023

SUMÁRIO

1º GRAU	4
I - CLASSES	4
a) Inativação	4
II - ASSUNTOS	4
a) Alteração	4
III - MOVIMENTOS	5
a) Criação	5
b) Habilitação	7
c) Inativação	7
d) Associação de complemento	7
IV - COMPLEMENTOS	8
a) Criação	8
JUIZADOS ESPECIAIS	8
I - ASSUNTOS	8
a) Alteração	8
b) Inativação	9
II - MOVIMENTOS	11
a) Criação	11
b) Habilitação	11
c) Associação de complemento	11
III - COMPLEMENTOS	12
a) Criação	12
2º GRAU	12
I - CLASSES	12
a) Inativação	12

II - ASSUNTOS	12
a) Alteração.....	12
III - MOVIMENTOS	13
a) Criação	13
b) Habilitação	14
c) Associação de complemento	14
IV - COMPLEMENTOS	14
a) Criação	14
TURMAS RECURSAIS	15
I - ASSUNTOS	15
a) Alteração.....	15
II – MOVIMENTOS	15
a) Criação	15
b) Habilitação	15
c) Associação de complemento	16
III - COMPLEMENTOS	16
a) Criação	16
Referências	17

1º GRAU

I - CLASSES

a) Inativação

- 1) Inativação da classe “231 – Impugnação ao Valor da Causa Cível” para o 1º grau da Justiça Estadual.

II - ASSUNTOS

a) Alteração

- 1) Alteração do nome do assunto “10434 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 2) Alteração do nome do assunto “9995 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 3) Alteração do nome do assunto “10440 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 4) Alteração do nome do assunto “10503 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 5) Alteração do nome do assunto “6098 - Rural (Art. 48/51)” para “Aposentadoria Rural(Art. 48/51)” para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 6) Alteração do nome do assunto “6097 - Urbana (Art. 48/51)” para “Aposentadoria Urbana (Art. 48/51)” para o 1º grau da Justiça Estadual.

III - MOVIMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do movimento “15244 – Homologação de Acordo Parcial em Execução ou em Cumprimento de Sentença”, filho de “3 – Decisão”, com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual.
- 2) Criação do movimento “15245 – Unificação de Medida Socioeducativa”, filho de “456 – Extinção” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 3) Criação do movimento “15246 – Não Confirmada”, filho de “12286 – Eletrônica” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 4) Criação do movimento “15247 – Por Expedição de Precatório”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 5) Criação do movimento “15248 – Por Expedição de RPV”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 6) Criação do movimento “15249 – Morte do Adolescente/Socioeducando”, filho de “456 – Extinção” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 7) Criação do movimento “15250 – Aplicação de Pena Privativa de Liberdade ao Adolescente/Socioeducando”, filho de “456 – Extinção” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 8) Criação do movimento “15251 – Condição de Doença Grave do Adolescente/Socioeducando”, filho de “456 – Extinção” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 9) Criação do movimento “15252 – Extinção do Processo de Execução de Medida Socioeducativa em Razão da Perda do Caráter Pedagógico”, filho de “385 – Com Resolução de Mérito” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 10) Criação do movimento “15253 – Concessão de Remissão a Adolescente com Extinção do Processo”, filho de “218 – Sem Resolução de Mérito com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;

- 11) Criação do movimento “15254 – Justiça Restaurativa”, filho de “15253 – Concessão de Remissão a Adolescente com Extinção do Processo” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 12) Criação do movimento “15255 – Sem Medida Socioeducativa”, filho de “15253 – Concessão de Remissão a Adolescente com Extinção do Processo” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 13) Criação do movimento “15256 – Liberdade Assistida”, filho de “15253 – Concessão de Remissão a Adolescente com Extinção do Processo” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 14) Criação do movimento “15257 – Prestação de Serviços à Comunidade”, filho de “15253 – Concessão de Remissão a Adolescente com Extinção do Processo” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 15) Criação do movimento “15258 – Reparação de Dano”, filho de “15253 – Concessão de Remissão a Adolescente com Extinção do Processo” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 16) Criação do movimento “15259 – Advertência”, filho de “15253 – Concessão de Remissão a Adolescente com Extinção do Processo” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 17) Criação do movimento “15260 – Homologada a Remissão”, filho de “218 – Sem Resolução de Mérito” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 18) Criação do movimento “15261 – Justiça Restaurativa”, filho de “15260 – Homologada a Remissão” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 19) Criação do movimento “15262 – Sem Medida Socioeducativa”, filho de “15260 – Homologada a Remissão” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 20) Criação do movimento “15263 – Liberdade Assistida”, filho de “15260 – Homologada a Remissão” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;
- 21) Criação do movimento “15264 – Prestação de Serviços à Comunidade”, filho de “15260 – Homologada a Remissão” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;

22) Criação do movimento “15265 – Reparação do Dano”, filho de “15260 – Homologada a Remissão” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual;

23) Criação do movimento “15266 – Advertência”, filho de “15260 – Homologada a Remissão” com habilitação para o 1º grau da Justiça Estadual.

b) Habilitação

1) Habilitação do movimento “15238 – Homologação de Acordo ou Transação” para o 1º grau da Justiça Estadual.

c) Inativação

2) Inativação do movimento “11396 – Concessão de Remissão a Adolescente com Exclusão do Processo” para o 1º grau da Justiça Estadual;

3) Inativação do movimento “11394 – Homologada a Remissão” para o 1º grau da Justiça Estadual.

d) Associação de complemento

1) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12148 – Prisão Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Concedida a prisão domiciliar a #{nome_da_parte}”, a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo e a alteração do glossário para “Indica a decisão que determina a prisão domiciliar, nos termos do art. 146-B, IV, da LEP e do art. 317 do CPP”, para o 1º grau da Justiça Estadual;

2) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12147 – Prisão Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Desacolhida a prisão domiciliar de #{nome_da_parte}” e a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo, para o 1º grau da Justiça Estadual;

3) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “11395 – Remissão ao Adolescente com Remissão do Processo”, alterando o nome do movimento para “Remissão ao Adolescente como Forma de Suspensão do Processo” e a descrição do movimento para “Concedida remissão ao adolescente #{nome_da_parte} com suspensão do processo”, para o 1º grau da Justiça Estadual.

IV - COMPLEMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do valor “380 – em razão de migração para outro sistema processual” para o complemento “18 – motivo_da_remissa”;
- 2) Criação do valor “381 – Mandado de prisão cumprido” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;
- 3) Criação do valor “382 – Carta de guia” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;

JUIZADOS ESPECIAIS

I - ASSUNTOS

a) Alteração

- 1) Alteração do nome do assunto “10434 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 2) Alteração do nome do assunto “9995 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o Juizado Especial da Fazenda Pública da Justiça Estadual;
- 3) Alteração do nome do assunto “10440 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;

4) Alteração do nome do assunto “10503 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o Juizado Especial da Fazenda Pública da Justiça Estadual.

b) Inativação

- 1) Inativação do assunto “3664 – Crimes Militares” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 2) Inativação do assunto “10836 – Concussão” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 3) Inativação do assunto “10837 – Corrupção Ativa” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 4) Inativação do assunto “10839 – Deserção” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 5) Inativação do assunto “10843 – Difamação” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 6) Inativação do assunto “10833 – Estelionato” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 7) Inativação do assunto “10840 – Homicídio” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 8) Inativação do assunto “10846 – Homicídio Qualificado” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 9) Inativação do assunto “10845 – Homicídio Simples” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 10) Inativação do assunto “10834 – Incêndio” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 11) Inativação do assunto “10844 – Injúria” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;

- 12) Inativação do assunto “10852 – Latrocínio” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 13) Inativação do assunto “10841 – Lesões Corporais” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 14) Inativação do assunto “10848 – Grave” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 15) Inativação do assunto “10842 – Lesão Levíssima” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 16) Inativação do assunto “10849 – Lesões Qualificadas pelo Resultado” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 17) Inativação do assunto “10847 – Leve” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 18) Inativação do assunto “10830 – Motim” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 19) Inativação do assunto “10835 – Peculato” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 20) Inativação do assunto “10831 – Pederastia ou Outro Ato de Libidinagem” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 21) Inativação do assunto “10838 – Prevaricação” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 22) Inativação do assunto “10832 – Roubo” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 23) Inativação do assunto “10851 – Roubo Qualificado” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 24) Inativação do assunto “10850 – Roubo Simples” para o Juizado Especial da Justiça Estadual.

II - MOVIMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do movimento “15244 – Homologação de Acordo Parcial em Execução ou em Cumprimento de Sentença”, filho de “3 – Decisão”, com habilitação para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 2) Criação do movimento “15246 – Não Confirmada”, filho de “12286 – Eletrônica” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 3) Criação do movimento “15247 – Por Expedição de Precatório”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 4) Criação do movimento “15248 – Por Expedição de RPV”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” para o Juizado Especial da Justiça Estadual.

b) Habilitação

- 1) Habilitação do movimento “15238 – Homologação de Acordo ou Transação” para o Juizado Especial da Justiça Estadual.

c) Associação de complemento

- 1) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12148 – Prisão Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Concedida a prisão domiciliar a #{nome_da_parte}”, a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo e a alteração do glossário para “Indica a decisão que determina a prisão domiciliar, nos termos do art. 146-B, IV, da LEP e do art. 317 do CPP”, para o Juizado Especial da Justiça Estadual;
- 2) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12147 – Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Desacolhida a prisão domiciliar de #{nome_da_parte}”, e a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo, para o Juizado Especial da Justiça Estadual;

III - COMPLEMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do valor “380 – em razão de migração para outro sistema processual” para o complemento “18 – motivo_da_remissa”;
- 2) Criação do valor “381 – Mandado de prisão cumprido” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;
- 3) Criação do valor “382 – Carta de guia” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;

2º GRAU

I - CLASSES

a) Inativação

- 1) Inativação da classe “231 – Impugnação ao Valor da Causa Cível” para o 2º grau da Justiça Estadual.

II - ASSUNTOS

a) Alteração

- 1) Alteração do nome do assunto “10434 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 2) Alteração do nome do assunto “9995 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 3) Alteração do nome do assunto “10440 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 2º grau da Justiça Estadual;

- 4) Alteração do nome do assunto “10503 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 5) Alteração do nome do assunto “6098 - Rural (Art. 48/51)” para “Aposentadoria Rural(Art. 48/51)” para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 6) Alteração do nome do assunto “6097 - Urbana (Art. 48/51)” para “Aposentadoria Urbana (Art. 48/51)” para o 2º grau da Justiça Estadual.

III - MOVIMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do movimento “15244 – Homologação de Acordo Parcial em Execução ou em Cumprimento de Sentença”, filho de “3 – Decisão”, com habilitação para o 2º grau da Justiça Estadual.
- 2) Criação do movimento “15246 – Não Confirmada”, filho de “12286 – Eletrônica” com habilitação para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 3) Criação do movimento “15247 – Por Expedição de Precatório”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” com habilitação para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 4) Criação do movimento “15248 – Por Expedição de RPV”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” com habilitação para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 5) Criação do movimento “15249 – Morte do Adolescente/Socioeducando”, filho de “456 – Extinção” com habilitação para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 6) Criação do movimento “15251 – Condição de Doença Grave do Adolescente/Socioeducando”, filho de “456 – Extinção” com habilitação para o 2º grau da Justiça Estadual

b) Habilitação

- 1) Habilitação do movimento “15238 – Homologação de Acordo ou Transação” com habilitação para o 2º grau da Justiça Estadual.

c) Associação de complemento

- 1) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12148 – Prisão Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Concedida a prisão domiciliar a #{nome_da_parte}”, a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo e a alteração do glossário para “Indica a decisão que determina a prisão domiciliar, nos termos do art. 146-B, IV, da LEP e do art. 317 do CPP”, para o 2º grau da Justiça Estadual;
- 2) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12147 – Prisão Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Desacolhida a prisão domiciliar de #{nome_da_parte}”, e a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo, para o 2º grau da Justiça Estadual;

IV - COMPLEMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do valor “380 – em razão de migração para outro sistema processual” para o complemento “18 – motivo_da_remissa”;
- 2) Criação do valor “381 – Mandado de prisão cumprido” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;
- 3) Criação do valor “382 – Carta de guia” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;

TURMAS RECURSAIS

I - ASSUNTOS

a) Alteração

- 1) Alteração do nome do assunto “10434 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para as Turmas Recursais da Justiça Estadual;
- 2) Alteração do nome do assunto “9995 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para as Turmas Recursais da Justiça Estadual;
- 3) Alteração do nome do assunto “10440 – Erro Médico” para “Serviços de Saúde” para as Turmas Recursais da Justiça Estadual.

II – MOVIMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do movimento “15246 – Não Confirmada”, filho de “12286 – Eletrônica” com habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual;
- 2) Criação do movimento “15247 – Por Expedição de Precatório”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” com habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual;
- 3) Criação do movimento “15248 – Por Expedição de RPV”, filho de “25 – Suspensão ou Sobrestamento” com habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual;

b) Habilitação

- 1) Habilitação do movimento “15238 – Homologação de Acordo ou Transação” com habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual.

c) Associação de complemento

- 1) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12148 – Prisão Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Concedida a prisão domiciliar a #{nome_da_parte}”, a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo e a alteração do glossário para “Indica a decisão que determina a prisão domiciliar, nos termos do art. 146-B, IV, da LEP e do art. 317 do CPP”, para as Turmas Recursais da Justiça Estadual;
- 2) Associação do complemento “1 – nome_da_parte” ao movimento “12147 – Domiciliar”, com a alteração da descrição do movimento para “Desacolhida a prisão domiciliar de #{nome_da_parte}”, e a inclusão do art. 317 do CPP em norma e artigo, para as Turmas Recursais da Justiça Estadual;

III - COMPLEMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do valor “380 – em razão de migração para outro sistema processual” para o complemento “18 – motivo_da_remissa”;
- 2) Criação do valor “381 – Mandado de prisão cumprido” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;
- 3) Criação do valor “382 – Carta de guia” para o complemento “4 – tipo_de_documento”;

Referências

Todos os boletins das Tabelas Processuais Unificadas lançados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ estão disponíveis no site: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/tabela-processuais-unificadas/documentos/> .



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ